

Universidades Lusíada

Cunha, Paulo Jorge Fonseca Ferreira da, 1959-

Teoria & circunstância : prelúdio a um repensar do direito

<http://hdl.handle.net/11067/6096>
<https://doi.org/10.34628/cy7f-wr56>

Metadata

Issue Date 2021

Abstract Perante as desilusões da praxis, há quem seja tentado pela Arcádia, aspirando a uma ataraxia não interventiva. É, curiosamente, uma posição semelhante ao “vive e deixa morrer” tão advogado pelos gurus de autoajudas que pregam o egoísmo como solução. Sem prejuízo da necessidade de não abdicar da busca individual da felicidade, o certo é que, quer no plano psicológico, quer no social, não há salvação meramente individual. E o Direito é uma via média, moderada e discreta de encontrar um mínimo deno...

Faced with the disappointments of praxis, there are those who are tempted by Arcadia, aspiring to non-interventional ataraxia. It is a close position to "live and let die" argument, so advocated by self-help gurus who preach selfishness as a solution. Without prejudice to the need not to give up the individual search for happiness, what is certain is that, whether psychologically or socially, there is no merely individual salvation. And the Law is a medium, moderate and discreet way to find a mi...

Keywords Justiça (Filosofia), Direito - Aspectos sociais, Solidariedade, Pandemia da COVID-19, 2020- Aspectos sociais

Type article

Peer Reviewed yes

Collections [ILID-CEJEA] Polis, s. 2, n. 04 (Julho-Dezembro 2021)

This page was automatically generated in 2025-04-03T19:33:36Z with information provided by the Repository

Teoria & circunstância. Prelúdio a um repensar do Direito.

Theory and circumstance. Prelude to a rethinking of Law

Paulo Ferreira da Cunha

Juiz Conselheiro do Supremo Tribunal da Justiça

Professor Catedrático da Faculdade de Direito da Universidade do Porto

E-mail: lusofilias@gmail.com

ORCID: 0000-0002-3602-8502

DOI: <https://doi.org/10.34628/cy7f-wr56>

Sumário:

I. Antes do Direito.

II. Solidariedade ou egoísmo?

III. Individualismo possessivo obsessivo.

IV. Em demanda da felicidade.

V. Em busca da paz.

VI. Empatia ou ação?

VII. Pontes jurídicas.

Resumo: Perante as desilusões da *praxis*, há quem seja tentado pela Arcádia, aspirando a uma ataraxia não interventiva. É, curiosamente, uma posição semelhante ao “vive e deixa morrer” tão advogado pelos gurus de autoajudas que pregam o egoísmo como solução. Sem prejuízo da necessidade de não abdicar da busca individual da felicidade, o certo é que, quer no plano psicológico, quer no social, não há salvação meramente individual. E o Direito é uma via média, moderada e discreta de encontrar um mínimo denominador comum de convivência e assim uma ponte para uma felicidade possível, ou, pelo menos, uma minimização da infelicidade. Precisamente por essa função, o Direito tem de conhecer a sociedade a que se dirige, e agir não sobre um real ficcionado, mas sobre o material que tem em mãos, em cada tempo e lugar. O Direito de hoje tem de lidar com uma sociedade nada fácil. Além da pandemia, que é pontual, persiste e agrava-se um pano de fundo de desigualdades, deseducação e falta de espírito de liberdade e autonomia em muitos. E assiste-se ao cres-

cendo de três vetores de séria preocupação: uma sociedade individualista, de espetáculo e de consumo; uma ascensão do ódio e da onda totalitária; e da ilusão politicamente correta, com tiques inquisitoriais. Quando se pensa que o vetor transformador seria um direito fraterno humanista, capaz de superar os paradigmas já gastos, tem de contar-se com os terríveis obstáculos que a tal se levantam. Contudo, ao contrário dos que apregoavam o fim da História e que não há alternativa, tudo isso é a prova do contrário. Ainda há metanarrativas por que trabalhar. “Para que haja mais Justiça neste mundo”.

Palavras-chave: Justiça; Sociedade; Direito fraterno humanista; Politicamente correto; Discurso do ódio; Totalitarismo; Pandemia; Escapismo; Solidariedade; Egoísmo; Paz; Felicidade.

Abstract: Faced with the disappointments of *praxis*, there are those who are tempted by Arcadia, aspiring to non-interventional ataraxia. It is a close position to “live and let die” argument, so advocated by self-help gurus who preach selfishness as a solution. Without prejudice to the need not to give up the individual search for happiness, what is certain is that, whether psychologically or socially, there is no merely individual salvation. And the Law is a medium, moderate and discreet way to find a minimum common denominator of coexistence and thus a bridge to possible happiness, or, at least, a minimization of unhappiness. Precisely for this function, the Law has to know the soci-

ety, and act not on a fictionalized reality, but on the material at hand, in every time and place. Today’s law has to deal with a society that is not easy. In addition to the pandemic, which is punctual, a backdrop of inequalities, lack of education and a lack of freedom and autonomy in many people persists and worsens. And we are witnessing the growth of three vectors of serious concern: an individualistic, spectacle and consumer society; a rise of hatred and the totalitarian wave; and the politically correct illusion, with inquisitorial tics. When one thinks that the transformative vector would be a humanist fraternal law, capable of overcoming paradigms that have already been worn out, one has to reckon with the terrible obstacles that arise in this regard. However, unlike those who preached the *end of History* and that *there is no alternative*, all this is proof to the contrary. There are still metanarratives to work with. “So that there is more justice in this world”.

Keywords: Justice; Society; Fraternal humanist law; Politically correct; Hate speech; Totalitarianism; Pandemic; Escapism; Solidarity; Selfishness; Peace; Happiness.

Les forts ne pensent guère: ils brisent ou ils déplacent. Et au contraire les faibles pensent beaucoup. Penser vient de ne pouvoir par force. Penser est une ruse.

Alain, *Propos*, vol. II., La Pléiade, Paris, Gallimard, n.º 553, 13 de agosto de 1932, p. 914.

I. Antes do Direito

O direito positivo, que para alguns é o alfa e o ómega da juridicidade, está algumas camadas abaixo (ou acima – depende de como se olhe) de reflexões, ciências, *epistemai* que lidam com águas profundas. As determinações coativas da lei com que quotidianamente lidamos (por vezes alguns até com alguma sem-cerimónia, que lembra uma profanação) não nascem do céu dos conceitos, e sofrem processos de elaboração não apenas legislativos, institucionais, mas ainda outras determinações, mais subtis e silenciosas.

Prévia a qualquer política jurídica, e mesmo a qualquer filosofia do direito (uma relação interessante e fecunda entre ambas é a operada por Luigi Lombardi Vallauri), está a cosmovisão sobre, pelo menos, a Sociedade. Ela é um *prius* relativamente ao Direito, e por isso é que se insistia na sua recíproca dependência: *ubi societas, ibi jus*, sintetizara já Ulpiano. E *vice-versa*. Antigamente, ainda havia quem doutrinalmente considerasse a existência de fontes do direito em sentido filosófico, político, sociológico. Hoje são referências que não mais se vislumbram nos manuais.

Mas há ainda problemas mais meandrosos, mais complexos, e prévios à consideração meramente positivista legalista, à aplicação de tabela, à subsunção mecânica. Ou então, no extremo simétrico, a essa “pedante subtileza” de escarpelizar “um cabelo em três”, a que se dedicam alguns, de forma “fastidiosa e inútil”, como já detetara, num saborosíssimo texto, o clássico Santi Romano (nos seus *Frammenti di un Dizionario Giuridico*).

Essa cosmovisão de que falámos não é sequer uma *démarche* confundível com uma sociologia jurídica, longe disso. É apenas (mas isso é tanto...) uma mundividência, que necessariamente decorre da dialética entre as concretas condições da existência de quem pensa a questão, as suas ideias, conceitos e preconceitos, e a situação histórica em que se desenrola a sua ação, antes de mais a sua ação teórica. Tem, obviamente, aspetos filosóficos, políticos e sociais, se os quisermos dissecar e qualificar nos rôtu-

“Antes de pensar qualquer conjunto articulado de questões jurídicas com vocação futura, demos connosco a tentar explicitar, verbalizar, algumas ideias que nos pareceram subentendidas ou em suspensão não muito visível numa certa perspetiva (moderada e racional, razoável e progressiva) de ver o mundo, e que, necessariamente, se repercute na forma de conceber e tentar (re)construir a juridicidade.”

los habituais... mas, como ocorre com todas as teorizações nestas áreas, há por debaixo dos conceitos inclinações, formas de ver, opções...

Por isso, o texto seguinte não deixará de tornar explícito, sem receios e preconceitos talvez designáveis como “cientistas”, o diálogo do autor com outros e com a realidade que vê e procura compreender. Levámos a sério e extrapolamos para o assunto em mãos as observações do próprio positivista

que foi Teófilo Braga quando, no prefácio às *Fábulas* de La Fontaine, considerou a importância da *forma*, da *síntese filosófica*, da *conclusão moral*, da *individualidade* e do que “descobre o trabalho da sua idealização”. São tópicos por demais preciosos.

Aliás, se é verdade que não haverá muitos escritos do género (num meio caminho sempre difícil – *in medias res*), não deixa de ser esta *démarche* uma resposta, ainda que não tenha sido previamente pensada como tal, à queixa de Posner (em *Overcoming Law*) à “falta de perceção dos factos que caracteriza tão marcadamente a pesquisa académica do direito em geral”.

Antes de pensar qualquer conjunto articulado de questões jurídicas com vocação futura, demos connosco a tentar explicitar, verbalizar, algumas ideias que nos pareceram subentendidas ou em suspensão não muito visível numa certa perspetiva (moderada e racional, razoável e progressiva) de ver o mundo, e que, necessariamente, se repercute na forma de conceber e tentar (re)construir a juridicidade. Parte-se, como ponto inicial, da esperança num direito fraterno humanista como novo paradigma, depois do objetivista e do subjetivista, vetor de pensamento e ação já desenvolvido noutros escritos (desde logo, o nosso livro *Direito Fraterno Humanista. Novo Paradigma Jurídico*, Rio de Janeiro, G/Z, 2017).

Mas tal nova categoria ou novo paradigma tem agora uma circunstância muito especial: por um lado, tem de *hic et nunc*, inscrever-se na situação pandémica que tudo indica parecer tender a prolongar-se, desde logo com o advento da 5.^a vaga, ainda no outono (no hemisfério Norte) de 2021; por outro lado, e como cenário mais de fundo, em que tudo o mais se desenrola, é a situação geral do mundo contemporâneo, em que se estava a custo (antes da pandemia) a sair, em geral, da pressão da ideologia dominante do “there is no alternative”, a qual tinha emergido e triunfado em alguns setores-chave na sequência de uma profunda descrença relativamente às chamadas “metanarrativas”, depois de algumas grandes derrotas (não apenas simbólicas) de mais evidentes militâncias consubstanciadas em regimes que se desfizeram.

II. Solidariedade ou Egoísmo?

A Pandemia do Coronavírus confirmou a maleabilidade e inespecificidade ou ambiguidade da condição humana (já nem se fala, assim, em “natureza humana”, por se ter tornado um conceito antropológico-existencialmente temerário), para que já, entre nós, remetia Baptista Machado no seu tão célebre quão incompreendido manual introdutório. Obviamente que a pandemia mostrou o instinto de sobrevivência da espécie, e talvez os vários traços da nossa animalidade, como os etológicos elementos da territorialidade, da propriedade e da hierarquia, mas também de alguma solidariedade. Solidariedade sim, *ma non troppo*... – tal é o que parece concluir-se da experiência, nomeadamente da recente.

Creemos, com efeito, que, ao contrário do que poderia ter ocorrido com uma catástrofe como esta, a conclamar profunda e radical solidariedade, apenas a emergência médica e afim foi verdadeira e consistentemente fraterna. Foi própria da condição dos que tinham que acudir ao desastre sanitário: cumpriram, e muito bem o fizeram. Aliás, ainda o estão a fazer, quando tantos já celebram inconscientemente uma vitória prematura sobre o vírus. Mas vem no hemisfério Norte o frio, e com ele novas vagas. E não só do Norte chegam.

Oxalá a sorte dos néscios os antepare. Estão os da linha da frente sanitária ainda a cumprir, claro, porque a praga não acabou... Mas, e os outros? Num primeiro momento, por medo, alguns passaram a achar que os serviços de saúde públicos afinal eram importantes, mesmo vitais. Mas, logo que se viram mais fora de perigo (ou que tal pensaram, e foi muito depressa), voltaram à sua lógica do egoísmo. Não apenas egoísmo político, ideológico, mas egoísmo pessoal. Que é mais radical ainda. E onde cremos radicam os egoísmos mais sociais.

O matraquear egotista e individualista sem freios em séries e programas televisivos em geral, as catadupas de autoajuda e afins, que engolem os espaços de “livraria” nos hipermercados (e já nas livrarias *proprio sensu*) e se agigantam na *Internet*, passaram estes últimos anos a dizer que cada um tem

de *viver e deixar morrer*. Se você não gostar de si, quem gostará?

Porém, a pregação do egoísmo predador e desapiedado (sob a capa ou a ingenuidade da melhor das intenções) terá conseguido aumentar a *autoestima* (a própria palavra é um programa) dos apoucados da sorte e da psique? Temos muitas dúvidas. Os que têm vergonha de si, que vacilam antes de espirrar, que pedem licença a um pé para mover o outro, por mais que sejam empurrados e doutrinados com estórias exemplares de sucesso de gentes afirmativas (e mal-educadas, desonestas, até criminosas, etc., muitas vezes) têm dificuldade em sair do seu limbo. Parece um casulo existencial.

Em contrapartida, a vaga de fundo de insistência no rompante, no desabrido, no reivindicativo, no desapiedado, criou legiões de “guerreiros” e “guerreiras” (palavra que alguns adoram e intrepidamente proclamam como uma bandeira, a sua bandeira), atirados para a frente de todas as temeridades. Predadores, espezinhadores dos outros, e em especial dos que tiveram o azar de estar do seu lado ou ao seu lado. As vítimas primeiras são a família, os amigos, os colegas, etc.. “Empoderados” e “empoderadas”, “poderosos” e “poderosas” (ainda que não mandem realmente senão nos seus, por vezes muito limitados, raios de ação, que normalmente infernizam), os egoístas podem ser de vários tipos... Uns mais ousados e mais atrevidos que outros, naturalmente. Mas mesmo os de versão *soft*, não deixarão de assumir uma posição de muito escassa tolerância e conciliação real, nos atos, com os demais. E quando o fazem hoje, amanhã se arrependerão e cobrarão juros.

Se uma certa mentalidade piedosa, eivada de religiosidade, incitava à resignação, sobretudo prometendo um céu *post mortem* a quem sofresse “estoicamente” (passe o anacronismo) como Job (ou tendo-o como grande exemplo), é precisamente o céu na terra *já* que se promete aos *insubmissos* (título impressionante, mas noutra contexto, de Urbano Tavares Rodrigues – os atuais são-no muito mais radicalmente). A verdade é que essa mentalidade conformada e conformista nunca impediu, ao longo dos séculos, a eclosão de milenarismos, utopias, Jacques-

ries, revoltas, golpes de Estado e revoluções – porque sempre houve quem *pagasse para ver*, por vezes com a liberdade e a vida.

Um alargamento de uma cosmovisão reivindicativa, insatisfeita, quereladora (vale a pena ler *Les Plaideurs*, de Racine), além de não dar paz a ninguém, contudo, ao contrário do que poderia pensar-se, não será terreno para o nascimento de grandes convulsões sociais organizadas (só revoltas pontuais e desarticuladas), porque mesmo os grandes movimentos sociais revolucionários necessitam de preparação, sacrifício, hierarquia, ordem, liderança – coisas que a estrutura psicológica propiciada pela indução da mentalidade descrita não consente, em grande medida. Se, como dizia Lenine, “sem teoria revolucionária não há movimento revolucionário”, a verdade também é que (o que é para alguns paradoxal, mas óbvio para outros, mais experientes ou previdentes), sem ordem e um mínimo ao menos de estrutura não pode haver qualquer revolução, nem mesmo outro e mais suave processo de transformação social ou política. O que tem, porém, sempre mais ou menos levado à emergência da burocracia. O próprio Lenine se deu precocemente conta do crescimento desse monstro, mas não o conseguiu evidentemente parar.

Uns problemas engendram outros... umas soluções levam a novos problemas. Só um pensamento simplista (e, portanto, em grande medida alienado) é que acha que as soluções para problemas complexos podem ser simples. O grande problema, porém, é que esse simplismo é cultivado e incentivado, quer pelos atores políticos correntes em simples caça de votos, quer por mais perigosos protagonistas, que exponenciam a demagogia e o populismo. Há um salto qualitativo de uns para os outros. Mas as defesas de cidadania contra esses dois tipos de perversão da democracia são, em qualquer dos casos, muito escassas. E por isso os riscos acrescidos.

Tocqueville, no seu *Da Democracia na América*, e certamente também em *O Antigo Regime e a Revolução*, previu menos revoluções no futuro. É preciso ir relê-lo.

Qualquer pessoa, a não ser que tenha sido bafejado por uma prodigiosa *Fortuna*, em

todos os sentidos, tem de fazer sacrifícios. O revolucionário precisa de fazer redobrados sacrifícios. Quantos, hoje, estarão para tal vocacionados? A nossa cultura, de sedução das massas, dos eleitores, dos compradores, é de facilitismo. Começa na televisão com anúncios que prometem maravilhas, se comprarmos, se votarmos, etc., e vai para a Escola, que prescinde, em muitos casos e em grande medida, da necessária dificuldade, e enverada pelo laxismo que se sintetizaria numa glosa da lendária sentença da cruzada contra os Albigenses: “passa tudo, o mercado escolherá os seus”. Os professores são desconsiderados, vexados, agredidos, o seu prestígio social é rebaixado e manchado, e pouco se passa... Talvez se compreenda assim porque há tão pouca gente a querer enveredar por essa profissão, e se verifica já e prevê se agrave a falta de docentes. Em alguns países, acabam por ser muitos migrantes a exercer o ofício de ensinar, porque ainda será, para eles, uma forma menos má de sair da marginalidade. Chegaremos aí? É um retrocesso civilizacional de tomo no Ocidente, enquanto no Oriente ainda o professor é uma personagem cheia de prestígio. E assim, embaladas, sem que se lhes diga como a vida é realmente, as pessoas acreditam que possuem direitos naturais e inalienáveis a tudo o que a sua imaginação conceber. Quanto mais ignorantes, mas formatados pela propaganda facilitista, consumista e afim, mais creem que só têm a receber e nada a dar. Daí decorre também a vontade de viver do assistencialismo, e se algo se lhes objeta, apontam os *nababos* que vivem da corrupção. São, realmente, o seu exemplo. Daí que sempre reivindicuem, *a torto e a direito*. Tal, obviamente, nada tem a ver com velhas e muito dignas reivindicações, de verdadeiros cidadãos e trabalhadores. Esses trabalham, esses vivem a Cidade. Estes não. Acham que a sua extraordinária existência (porque o seria?) mereceria todas as mordomias. São passivos consumistas, subsídio-dependentes (quando há quem precise de subsídios e até tenha vergonha de os pedir – outro género de pessoas), e reivindicativos. São, também, tropa de choque de soluções políticas extremistas, porque acreditam que serão usufrutuários das redistri-

buições futuras, ou, pelo menos, de bons quinhões do que, entretanto, vier a ser dado pelo *statu quo*, eventualmente como esforço de contenção das mudanças. Mas também porque a sua mentalidade é simplista e agressiva, gostam da força e de quem fale alto e grosso. Isso lhes dá uma sensação de compartilhar o poder com líderes que pouco prezem a educação e a subtilidade, e mesmo soluções pensadas. Bastam *slogans*. É um pouco indiferente, tudo visto, a ideologia formal com que se pintem estas forças. Tem é de ser ativista, e algo amedrontadora. Individualmente cobarde, este tipo humano esconde-se por detrás do poder da massa e do líder desabrido. Não é que este não possa ser inteligente, tem é de esconder a inteligência sob um primado da ação, e ação demolidora.

Esse reivindicador sistemático que, como dissemos, acredita que tem todos os direitos por direito de nascimento, é um novo candidato a ditador, acha que todos lhe devem vassalagem. “Você sabe com quem está a falar?” – esta frase, que Clarice Lispector via ainda como sinónimo de elitismo ou busca dele, nessa ou noutras fórmulas se vulgarizou. Cada um é o *grão senhor* – recorde-se o texto de Kant, sobre o “estilo grão senhor” e os seus comentadores e glosadores mais recentes. *Mutatis mutandis*.

Há fenómenos vizinhos deste. A febre de marcar posição, de ser diferente, de se sobrepôr aos outros, de afirmar a sua excelência e individualidade é enorme. Não há qualquer respeito nem consideração por ninguém – por parte de muitos. Vale tudo. É uma forma de banditismo social, para mais muito considerada e aceite em vários círculos. Incentivada até.

Quem já não teve sonhos de contribuir muito socialmente, sobretudo na juventude? Alguns gastaram empenho demais em projetos mais ou menos grandes – o que hoje deploram, não pelo que visavam (que creem continuar válido, como ideal), mas pelo tempo imenso que aí desperdiçaram, sem nada (ou muito pouco) terem conseguido concretizar.

Cremos que Carl Sagan dizia que a maioria dos labores científicos são de limpeza; pois muitos acabaram por concluir que a maio-

ria do tempo gasto em atividades sociais e políticas é de luta contra a inércia, por um lado, e de defesa das *facadas nas costas*, por outro. Porque, quando se esboça no horizonte, ainda que leve e indistintamente, a promessa de uma réstia de poder, entra-se na guerra de todos contra todos (a clássica *bellum omnium contra omnes*, de Thomas Hobbes) – e já não está em causa o ideal, mas a subida e o atropelo dos outros, ou a simples sobrevivência. A História das grandes revoluções é muito elucidativa. António José Saraiva foi muito feliz ao intitular um livro seu sobre o assunto *Filhos de Saturno*. A revolução, as revoluções, devoram os seus filhos. Felizmente que a nossa última revolução (a *dos cravos*) foi relativamente comedida nessa senda.

Há algumas regras ou regularidades nesses processos. Por exemplo: quem apenas procurou causas, retira-se ou é trucidado. Felizmente, acabaram alguns por ser muito protegidos pela sorte e / ou pela falta de ambição (que Aristóteles já viu ser palavra ambivalente, virtude e vício, depende...). Remeteram-se depois à penumbra, porque antes de mais perderam a esperança dos grandes rasgos. E certamente também por cansaço. Embora os verdadeiros revolucionários sejam de uma quase invencível resistência (terrível e desagradável é a palavra “resiliência”). Demasiado empenhados num bom rendimento do seu trabalho (quicá porque demasiado avaros do que fazem, não se iriam ao luxo de desperdiçar tempo e esforço baldados), alguns desgostaram-se certamente do *too much ado about nothing*. Outros conseguiram acomodar-se, o que para alguns observadores seria o melhor dos dois mundos. Cada um saberá o balanço interior que poderá fazer...

Olhando algumas vidas, sempre nos espantamos como se pode andar em tamanha dobadura, cirandar tão extenuante, para sempre a pedra da construção rolar, como a de Sísifo, até ao sopé da montanha da História (há um trecho, de que em névoa nos recordamos, sobre o comboio revolucionário subindo a encosta histórica – ou o contrário: comboio feito pedregulho e a rolar para baixo). “No tempo que passou por mim (como diria Matias Aires, primeiro

filósofo brasileiro, na *Carta sobre a Fortuna*), tive esperanças, agora nem essas tenho, e isto porque conheço melhor, sei o que valho e o que mereço, por isso sei que não devo esperar nada; esperem os outros, e vivam no tormento de esperar. Eu hoje só tenho por fortuna o não esperar a fortuna”.

As causas, muitas pelo menos, estarão perdidas ou pervertidas – isso parece certo. Para alguns, depois do que viveram, o seu sonho hoje é a de uma *tranquilitas animi* propiciada pela *aurea mediocritas*, numa *vida retirada*, como a cantada pelo poeta espanhol do *Siglo de Oro* Frei Luis de León (“*que descansada vida / a do que foge do mundanal ruído*”), ou pelo árcade Antônio Ribeiro dos Santos, o Elpino Duriense. Traidores? Desistentes? Não o cremos, em geral. Um ou outro, talvez. Mas a atitude não é covarde, eles tentaram. São mais *vencidos da vida* que outra coisa. Deixemos-lhes a sua paz. Contudo, quando vemos a azáfama a que alguns ainda se dão, já depois de reformados e teoricamente retirados, os temores e esperanças que ainda acalentam, perguntamo-nos como têm ainda fôlego. Outras vezes, são os fantasmas que os assaltam. Mas note-se que há empenhamentos e empenhamentos. Para a maioria, os sonhos ou devaneios sociais foram apenas meramente platônicos e de juventude. Uma minoria teve envolvimento verdadeiramente *engagés*.

Entretanto, há quem tenha encontrado uma outra solução (sobretudo os que não levaram muito longe a sua intervenção): apenas cumprir o dever, estritamente, rigorosamente. O trabalho seria, afinal, a única solução, a única saída, a única missão. Só por ele ainda podem muitos contribuir.. Em várias frentes da batalha. E assim acaba por se compreender com mais complacência o vício do trabalho a que tantos se dão: é que, apesar de tudo, encontram nele distração e compensação. É assustadora a força do tédio e do Nada: dizia Mestre Eckhart que “o que queima no inferno é o nada”. Ora não há dúvida de que, para quem não saiba aproveitar e apreciar bem a vida (que não seja capaz do *otium cum dignitate* de que falava Cícero, no *De Oratore*), apenas o labor, e absorvente, parece ser salvação,

enquanto dure. Mesmo com todas as suas agruras, ele é bálsamo, lenitivo, e para muitos acaba por compensar mais que outros empreendimentos humanos, como as grandes causas sociais sempre traídas ou quiméricas, ou os fugazes transportes de paixões, por exemplo. O trabalho pode ter ainda em si sonhos de promoção, de carreira, de prestígio social e naturalmente proveitos materiais inerentes. São sonhos curtos, dirão os mais idealistas. Mas são sonhos à medida da dimensão de muita gente, e nem só limitada, também desiludida.

E, ironia do destino, assim se compreende aquele lema tão incomodativo que se ouvia nos tempos do Estado Novo, impelindo ao absentismo político: “a minha política é o trabalho”. E não é que o pode ser, sob outras roupagens, num novo contexto?

Mas expliquemos melhor os sonhos e a falta deles. E mesmo a obstinação de certos em matar a própria possibilidade de sonhar. Os intelectuais alinhados pelo registo e moda já neoliberal do pós-modernismo, fundados no manifesto / pseudo relatório de Lyotard, *A Condição Pós-moderna*, enquanto os políticos e economistas vinham dizer que não havia alternativa (*there is no alternative* – TINA) à economia de casino, proclamavam, por seu turno, cultural, filosófica e ideologicamente nada menos que o “fim das metanarrativas”.

Dito assim, parece uma coisa respeitável e intelectual. Mas é um conceito combatente, e nada objetivo (e o futuro provou-o) essa tese TINA. Fim das metanarrativas, como Gui Bonsiepe desmascarou, por exemplo, seria o fim necessário de todo e qualquer enquadramento teórico da *praxis* num sentido renovador, seria a necessidade (coonestada pela pomposa pretensa “lei” sociológica ou histórica) de se passar de uma cultura de utopia ou de ideologia transformadora para uma resignação cinzenta e “realista”, sem quaisquer “amanhãs que cantam”, expressão que passou a ser mais ou menos subtilmente ridicularizada.

Pois lamentamos, mas esta pretensa inevitabilidade da certidão de óbito das metanarrativas, desses discursos propulsivos do real, não está de modo algum provada. As notícias da morte das grandes ideias que

animam os povos (e cada um) foram, glorificando Mark Twain para a sua própria apregoada morte em sua vida, *manifestamente exageradas*.

Não é este o lugar de apreciar novas metanarrativas, umas mais abrangentes e mais generosas e universais que outras, nem a ação de micronarrativas (ecológicas, dietéticas, e muitas outras, mais polémicas) no lugar das metanarrativas. Também não se tiraram ainda as devidas consequências da vasta frente informal dos que (de quadrantes político-ideológicos muito diferentes) se posicionaram contra o escândalo neoliberal, que Adriano Moreira, um clássico democrata cristão (quantos ainda saberão hoje o que isso realmente é, sem confundir com conservadorismo e neoliberalismo?), chamou “neoliberalismo repressivo”. Dir-se-á que é uma manifestação de defesa e contra-ataque do conjunto das metanarrativas (da monárquica tradicionalista até à libertária anarquista, passando por *quase* todas as direitas e esquerdas), contra o *pensamento único* e *politicamente correto* desse tipo (porque o politicamente correto é metamórfico e tem hoje inúmeros tentáculos, pretensamente à direita e pretensamente à esquerda).

O que parece é que, não tendo embora ocorrido uma verdadeira morte dos ideais e das esperanças coletivas, em abstrato e em absoluto, em muitos casos, porém, uma catadupa de escândalos veio suscitar em muitos um halo de profunda desilusão. Não tanto, ou não tão legitimamente, com os projetos, os sonhos, mas com muitos e muitos dos seus protagonistas, aos mais diversos níveis. É, assim, afinal, a traição das micronarrativas (e dos micro interesses por parte de muitos dos que deveriam militar em prol das metanarrativas), no fundo, a *trahison des clerics*, para retomar o título de Julien Benda. Não é por acaso que radicalismos subversores das ordens democráticas instituídas agitam o espantinho da corrupção (que existe, mas em níveis muito diferentes dos apregoados) como sendo uma necessária consequência dos Estados constitucionais, das democracias, etc. Como se a experiência histórica não demonstrasse, pelo contrário, que é nas ditaduras que a corrupção (desde logo, por-

que acobertada pelos poderes e mesmo pela sua natureza, aí sim) mais floresce. Porém, incompetência, guerras intestinas, incapacidade de resposta a problemas sociais prementes, tudo isso desgosta mesmo alguns dos mais cordatos e responsáveis. E aos já incitados desde o berço pelo frenesim do tudo querer para ontem, não há governação nem oposição cordata e responsável que os satisfaça.

Creemos que muitos dos que se sentem retirados das guerras imediatas das ágoras acorreriam à chamada, se acreditassem em quem chamasse, e na razão do chamamento. O sino que tocasse a rebate cantaria com som deveras convincente? Ou seria mero metal que soa, ou címbalo que retine? – ecoa na nossa memória um passo de São Paulo, na Epístola aos Coríntios.

Há quem tenha perdido as ilusões, mas não haja abdicado das convicções. Os piores são os que venderam a alma ao diabo (da ganância) e passaram a mudar de cor e camisola todos os dias em que lhes ofereçam mais, ou, pior ainda, todos os dias em que farejem novos donos, novos senhores a quem servir. O seu prato de lentilhas poderá vir ou não: eles apresentam logo serviço, numa espécie de adiantamento de laçaios prestáveis. E esse serviço, que é uma traição de sangue, consiste em vender palavras e presença, testemunho e jura sobre sempre diferentes e novas teorias, teses e medidas – para coonestar o que for preciso, mesmo a maior das impossibilidades lógicas ou matemáticas.

A sua convicção é sempre inabalável e o que é curioso é que as massas, essas que sempre precisam de acreditar e de seguir mestres, líderes, gurus, ficam fascinadas, sempre e de cada vez, com cada diferente versão do profissional do disfarce e do embuste, o camaleão que se afeiçoa à maravilha a cada nova situação – sempre lucrando materialmente e em fama (“e os seus gestos dão sempre dividendo” – diz o célebre poema de Sophia de Mello Breyner). Este o teste do algodão: quem muda perdendo, normalmente fá-lo por convicção. Quem muda ganhando, frequentemente fá-lo para obter lucro. Não é uma regra absoluta, mas é uma máxima muito plausível, a verificar em cada caso.

III. Individualismo possessivo obsessivo

Não se trata apenas de pessoas que aspiram às ribaltas. Há muitas pessoas mais ou menos comuns que padecem de mais suave maleita, mas ainda assim com algumas semelhanças com a febre de fama e ganho de atores sociais mais destacados. *Est modus in rebus*. A cada um, os seus meios e as suas determinações. A cada um, também, esse *kar-ma* da natureza das coisas (*natura rerum*), um ricochete natural e sem nada de místico. Quem semeia ventos, colhe normalmente tempestades. Quem semeia desumanidade não terá humanidade em retorno. Quem dá simpatia e prestimosidade, dizem que por vezes recebe mau pagamento (“bem fazer e mal haver é a paga desta vida”, diz o provérbio – e já o temos sentido, é certo), mas afiançamos que por vezes assim não é. Vale a pena tentar.

Quando vemos alguém que prezamos a dar pulos no inferno deste mundo para subir, para se afirmar, para conseguir mais dinheiro, mais fama, mais poder, mais títulos... gostaríamos de o impedir, com argumentos persuasivos, mas sabemos que isso é vão. As pessoas esfalfam-se, destroem a saúde, a paz de alma, as amizades, o amor, a própria sanidade mental (que é equilíbrio) por puras miragens, que, as mais das vezes, nem são totalmente alcançadas. E quando o são, apenas à custa de terríveis sacrifícios. Além de que, frequentemente, quando julgam entrar no Palácio encantado dessa ventura artificial, como nas portas que para Antero se abriram, não encontram mais que *silêncio, escuridão e nada mais*.

Na azáfama de trabalhar mais e mais, ou de socializar mais e mais, ou de seduzir mais e mais, ou de politizar mais e mais, ou de publicar mais e mais... seja o que for, nesse quantitativismo demencial e sem fim, nesse labor insano, as pessoas envelhecem, azedam, e perdem as oportunidades que só aparecem raramente, como lembrava, num Conto exemplar, Sophia de Mello Breyner. O autocarro da boa vida, que pode ter muitos nomes, não costuma parar duas vezes. Há que estar à espera dele na paragem (na paragem!) respetiva. Andar a cirandar de paragem em paragem, mesmo na esperança

de que passe, é um risco enorme.

Porém, essas por vezes boas pessoas acreditam que estão a fazer o melhor para elas (e até, quiçá, para os outros). Uma doença, por vezes (é natural que adoecem) fá-las-á parar e meditar, arrepiar caminho, como numa estrada de Damasco? Talvez, mas infelizmente nem sempre. Há quem, depois de uma doença séria, acabe por se tornar santo – dizem. Mas parece que há quem tenha visto mais quem passe a um frenesim imparável de festas e desmandos, ou mesmo a práticas pouco ortodoxas, se não mesmo criminosas... Como que pensando: “se escapei desta, vou escapar de tudo”. Como se um aviso da existência fosse afinal, para eles, em vez disso, um sinal de onipotência e invencibilidade, sem calcanhares de Aquiles.

Falávamos há pouco desses anõesinhos laboradores, formiguinhas que labutam incessantemente, e que, mesmo que se queiram muito originais (nalguns setores, como os mais ligados ao espetáculo, há quem faça de tudo para aparecer, para não ser esquecido – estratégias de sobrevivência que se julgam *para além do bem e do mal* – “quem tem ética morre de fome” ... alguém do mundo da comunicação social terá dito, louve-se-lhe a franqueza), acabam sempre por ser as mesmas versões de padrões consabidos. É o mesmo na moda: mais arroba menos quintal, as pessoas andam vestidas, meio-vestidas, ou não... Que imaginação prodigiosa não é necessária para todos os anos (pelo menos duas vezes por ano), milhares de especialistas na matéria virem apresentar coleções inovadoras (ou *retro-*) de como as pessoas se devam apresentar em público ou em privado! É assim na moda do vestir e em todas as modas. A imaginação tem limites. Desde logo, limites de conceção e limites de assimilação, por parte do público. Assim é que há modas de “volta atrás”. O mesmo ocorre no pensamento e na política. Por isso é que Michel Villey insistia que todas as filosofias são de todos os tempos.

Pois bem. Apesar de deplorarmos o esgadanhare-se pelo sucesso, apesar de lamentarmos que se destruam, e não vivam (o *slogan Get a life* é muito pertinente, e não apenas para os viciados em *Internet*) temos

que reconhecer que, como subprodutos das suas vaidades e ganâncias, ou simplesmente incapacidade para estarem sozinhos, calmos, para apreciarem a vida (e desde logo, a natureza: *The man who is blind to the beauties of nature has missed half the pleasure of life*, dizia Baden-Powell), ouvirem o silêncio, como que trasbordando disso, que não é a nossos olhos nada bom, são os que trabalham (bem ou mal, com bom ou distorcido espírito, com retas ou perversas intenções) que mantêm o mundo material (e eventualmente mais que apenas ele) simplesmente a funcionar. Não seria precisa tanta fachada nas costas, tanta burocracia, tanta prosápia, tanta vaidade, mas o certo é que, apesar de tudo isso, eles ou alguém às suas ordens, acabam por trabalhar e dar à manivela da pesada máquina do mundo, que não anda sozinha. É preciso quem a faça andar. Há, pois, uma vantagem e importantíssima para esses que fazem algo. Os que nada fazem não podem ter as mãos limpas. Estão manchadas de uma outra mácula. Péguy disse impiedosamente de Kant que ele teria as mãos limpas porque não tinha mãos. É muito injusto, porque há um Kant que foi comprar o *Contrato Social* quebrando a sua proverbial rotina diária. Não um árido géometra, exportado para a Terra de uma Laputa imaginária de Jonathan Swift (nas *Viagens de Gulliver*), mas alguém que queria, por exemplo, a *Paz Perpétua*. E fazia por isso, à sua maneira de intelectual. Caçava com gato, isso sim, que não tinha cão. É esse o drama de muitos intelectuais, e por isso muito caluniados. As redes sociais estão (dizem-nos) cheias de críticas contra eles, por parte de quem faz prodígios de ação prática... teclando no computador. Há um número significativo de antigos maus alunos que não perdoam aos professores e aos colegas mais brilhantes. E desse ressentimento se salta para tudo o que é trabalho intelectual. Os que pouco ou nada fazem frequentemente não suportam os intelectuais, que em muitos casos trabalham muitíssimo. Só que, aos olhos dos ociosos, ociosamente. Embora não possamos deixar passar em claro que também nessas profissões e ocupações a que latamente se chamam intelectuais se poderá facilmente ver muita mis-

tificação, para *épater le bourgeois*. E mesmo que, no cirandar infernal em que alguns andam, de conferência para conferência, de *vernissage* para *vernissage*, de apresentação de livro para apresentação de livro, de artigo para artigo, de exposição para exposição, de aula até para aula, haja naturalmente, pela natureza das coisas, um enorme preço de desgaste e de cansaço (e não acreditamos que seja sempre uma festa tudo isso, até porque há muita concorrência e daí imensa inveja e maledicência), tudo somado, em certamente uns tantos casos, muitos casos, não se tratará de coisas vitais, muito úteis, de verdadeiro *trabalho*. Quem assim *corre por gosto*, ou, mais plausivelmente, para ver e ser visto e acrescentar umas linhas aos dementadores e tirânicos *curricula* para que hoje se trabalha no sistema de ensino de muitos países, cansa, cansa necessariamente, e muito. Desgasta.

E um não pequeno / grande problema de tudo isto decorrente é a deformação na compreensão do real. Quem não sai da bolha intelectualista tem uma escassa compreensão do mundo lá fora, e sem se entender o mundo real, de pouco vale a especulação. É uma condição estranha, essa a do intelectual que se fez funcionário, submetido a imposições draconianas de labores. Daí que as críticas dos nefelibatas (mais ou menos iletrados) aos intelectuais sejam injustíssimas. Embora a estes se tenha que assacar, apesar da sua triste condição, por vezes um intrépido (e prometeico até) excesso de zelo, querendo abarcar a Lua da omnipresença cultural e / ou mediática. E afinal, quanto vale a maior das famas? *Vanitas vanitatum...*

Pois não são só as realidades sociologicamente apreensíveis. Há também problemas de valores. Ocorre que o caráter absoluto dos valores, que é um postulado essencial para a ética ser Ética, foi-nos sendo erodido com o tempo. É verdade que a ética cristã ou a ética burguesa (algumas de entre elas, pelo menos – porque talvez seja melhor entendê-las como plurais) pretendiam (aspiravam a) alguma universalidade, ao menos teórica. Mas os particularismos começaram a minar tudo. Alguns dirão que o negociante não pode ser honesto (não poderia deixar de, pelo menos fraudar o fisco – e parece que

São Tomás nem o tinha absolutamente por condenável), que o militar não pode deixar de matar no cumprimento do dever, que os europeus tinham o direito civilizacional de escravizar outros povos (ou, pelo menos, de os colonizar), ou os revolucionários de deitar abaixo o edifício social, custasse a quem custasse e o que custasse, ou sabe-se lá que mais.

Se a ética é apenas um *ethos* (etiologia ou maneira de ser, factual, objetiva) o seu sentido normativo está comprometido – isso é evidente (sob pena de falácia naturalística – vai-se determinar o *ought* pelo *is*, o *sollen* pelo *sein*?). E se a ética é um modo de ser dependente de condições pessoais (como Aristóteles, na *Retórica*, chega a ver as regularidades nos jovens e nos velhos, situações *de facto*, como, por exemplo, a liberalidade e a avareza, entre outras), compreendem-se as razões das atitudes, explicam-se psicossociologicamente, e assim podem deixar de ser avaliadas axiologicamente, ou sê-lo sempre de forma complacente ou mesmo laxista (*tout comprendre c'est tout pardonner*, diria, muito depois, Jean-Marie Guyau).

Há questões simples que, enquanto outros se embrenham por complexíssimos problemas, ainda aguardam resposta.

Entretanto, tentemos compreender as atitudes, explicitar as suas míticas raízes. *Tout comprendre....* Sim, trabalhamos porque Caim foi condenado ao trabalho, e somos filho de Caim. Sim, achamos exagero o trabalho de alguns, porque nos lembramos da parábola dos lírios do campo, com vestidos mais ricos que os do rei Salomão. Sim, achamos que folgar permanentemente, como o filho pródigo (ainda não voltado a casa, arrependido), é dissipação, e que a dissipação é coisa errada. Não porque a vida não deva ser boa (ou sejamos sistematicamente e metafisicamente pela dor, o sacrifício, etc.), mas porque cremos no valor da ação humana, e em grande medida temos encontrado paz e alegria no próprio trabalho, quando é moderado e de rosto humano. Ele é um contributo para o aperfeiçoamento do Mundo, que nos não foi dado perfeito e pronto, mas algo a melhorar sempre. Mesmo a Justiça (sobretudo a Justiça?) não é uma meta a atingir, mas uma “constante e

perpétua vontade de atribuir a cada um o que é seu” (note-se constante e perpétua: *constans et perpetua*). Lembramos ainda Sodoma e Gomorra, e como, na negociação com Deus para as poupar, os justos eram poucos, muito poucos. Lembramos ainda a mulher de Lot, e algo nos obrigou sempre a não olhar para trás, para não nos volvermos em estátua de sal – perdoe-se-nos o confessionalismo, mas ele é, ao mesmo tempo, um manifesto de muitos. Há casos em que a voz de um é apenas a síntese, não um particularismo. Só nesse sentido e por esse motivo a convocámos.

Voltemos às raízes e às amarras em que nos dirão invencivelmente enleados. Usemos agora o plural, que o é. Toda essa nossa educação judaico-cristã (como tanto hoje se estigmatiza, quantas vezes sem saber nada de judaísmo ou cristianismo – porque é tão chique deitar a baixo as raízes da nossa civilização: e já agora também as greco-romanas, em que nasceu a grande Ética e o Direito – lembramos a cicuta de Sócrates, lembramos o suicídio nobre de Séneca, e, antes de mais, o gesto heroico de Antígona) é a responsável pelos nossos pensamentos, dita a nossa existência e a nossa sorte? A pessoal e a de outros como nós...

É fácil embrulhar as referências bíblicas e as virtudes cívicas greco-romanas num rol de velharias que o politicamente correto facilmente estigmatizará – e já estigmatiza. São esses altos exemplos, para alguns, o suprassumo de um mundo que alguns certos querem fazer esquecer. É esta, aliás, uma das nossas maiores preocupações. Quem será capaz de defender o nosso legado civilizacional contra os destruidores de estátuas, proibidores de livros e de filmes, aspirantes à total manipulação totalitária das nossas vidas? Perante grande passividade (complacente mesmo, ou já muito amedrontada?) de tantos.

Há um pequeno vídeo de Christophe Bourdon que fez as nossas delícias, abordando com bom humor alguns aspetos dessa construção de um mundo totalitário, sem referências, sem memória. Para não ferir as suscetibilidades destes e daqueles, vai-se abolindo tudo até não ficar nada. E assim se reencontra a total reescrita niilizadora da

História de 1984, de Orwell.

A tendência não é nova, e mesmo grandes nomes tiveram as suas facetas destrutivas, pelo menos alegada, verbalmente. Mallarmé exaltara a destruição (que dizia ter sido a sua Beatriz), Malevich terá dito que seria preciso queimar as obras do passado para nos podermos deleitar com o espetáculo das cinzas. Mas eram atitudes com uma certa pose, originalidades de artistas, provocações que não tiveram eco senão teoricamente e no círculo elitista a que se dirigiam. Do que se trata agora, não é de refinamento esteticista, nem de filosofia niilista, nem de vanguardismo. É um rolo compressor do passado, uma vontade odienta de fazer *tabula rasa*, um totalitarismo confiscador da memória. Até porque a memória é garante de cotejo e fonte de inconformismo. Julgamos que há aí também uma tentativa de ajuste de contas da mediocridade com o génio, e da ditadura com o pluralismo.

E, entretanto, dirão que somos fruto dessa velha cultura retrógrada, evidentemente. Como Dom Quixote eivado da leitura de terríveis e caducos romances de cavalaria. E não podemos esquecer que não é apenas o legado da *tríade Jerusalém – Atenas – Roma* que nos anima. Na verdade, nós amamos a Idade Média das catedrais e das Sumas, a Idade Média em que se criou a velha Universidade, amamos o Renascimento e o Humanismo, e a liberdade e ciência que trouxeram (e a arte que reinventaram), amamos o Iluminismo e as Revoluções libertadoras que criaram o mundo moderno, a democracia e os grandes direitos, e nos deram as Constituições contemporâneas. Não esquecemos a Reforma, as revoluções socialistas, e já os milenarismos e as heresias, que, cada uma à sua maneira, contribuíram para o despertar das consciências e para o longo e interminável caminho para a Liberdade e a Igualdade. E, antes de mais, não esquecemos o Cristianismo, na sua origem e essência, com o seu poderoso legado social e mental, e um património cultural único, na nossa civilização, da teologia ao direito canónico, da arte sacra à pregação diária, pelo mundo fora, exemplo vivo de exegese e de orató-

ria. Antes de mais, ecoa em nós essa proclamação de liberdade e igualdade, a *Epístola aos Gálatas*, de São Paulo: “Não há judeu nem grego, escravo ou livre, homem ou mulher; porque todos vós sois um em Cristo Jesus”. E tal remete para o ternário sagrado *Liberté – Égalité – Fraternité!* Mas essa confluência só grandes, como Hans Kung, conseguiram ver. Muitos só ficam pela superficialidade do que aparentemente se opõe, quando, como dizia Teilhard de Chardin, *o que (se) eleva conflui*. Por isso, é possível (é necessário) ter amigos e interlocutores muito diferentes, aparentemente. As pessoas de cabeça e de coração podem ter opções pontuais diversas, mas quando são gentes de boa vontade, estão unidas no essencial.

Outros não serão muito mais benévolos ao considerar-nos uma espécie de marionetes. Assim, dirão que será do signo astrológico de cada um, outros do respetivo *karma*, outros da família e amigos, ou da condição social, outros da compleição psíquica. Pode ser até que façam influir simplesmente o tipo físico, ou a alimentação. Seremos meros títeres nas mãos da nossa determinação? Queremos crer que, sem prejuízo dos vetores influentes, exógenos e endógenos, ainda será cada um senhor do tão criticado livre-arbítrio (mais um alvo a abater de uma outra intelectualidade da suspeita – não há só uma – que quer ser livre, por um lado, mas acaba por levar água ao moinho da determinação, da servidão, até do automatismo). Queremos crer que podemos, livremente, ser ao mesmo tempo defensor do trabalho e do lazer, em equilíbrio. E temos um sentido sacral, ritual, excecional da festa, da celebração. Comemorar por ganhar ou por perder, por estar triste ou estar contente, e aproveitar a pseudo comemoração para perder a cabeça em qualquer forma de alienação ou droga (e há muitas, também com predileções diversas conforme os grupos), parece-nos pobre, triste, desesperado até. Do mesmo modo que a vida precisa de momentos significativos e cada um de pessoas significativas na sua vida. Assumindo claros e escuros, altos e baixos. Ter 5000 amigos no Facebook, agora com outro nome, é um calafrio de solidão.

IV. Em demanda da Felicidade

Vejam os de novo os ativos socialmente. Muitos justificam a sua ação com direitos, com poderes, mas outros, aparentemente mais suaves, apenas querem “ser felizes”. Quem não quer ser feliz? Mas os caminhos dessa procura levam à Felicidade? É sempre salutar e instrutivo ler *Onde está a felicidade?*, romance de Camilo Castelo Branco (1856).

Interessamo-nos, porém, por uma felicidade de um outro tipo. Façamos uma outra aproximação ao tema. É um património comum da Humanidade esse *Pursuit of Happiness* do constitucionalismo americano. Tudo se transforma para mal nas mãos ou nas mentes de quem não tem preparação e alma para bem usar as coisas, e mais ainda os tesouros, como são os direitos, os princípios, os valores. É o processo metamórfico de Midas, ao invés.

Qualquer candidato a ditadorzito, qualquer menino birrento (pobres dos pais!), parece hoje esbracejar com a Constituição (embora obviamente nem sempre explicitamente a invoque), invocando direitos que lê e treslê, mas que verdadeiramente não tem. Para si, a felicidade seria o que, em cada momento, o seu capricho desejaria ver concretizado. A atitude é de enorme puerilidade. Mas quem disse que tantos pretendem uma sociedade verdadeiramente adulta? Teria que ser, antes de mais, responsável.

Por exemplo, o descaso educativo e cultural a que se têm votado os cidadãos, desde sempre, mas que parece um escândalo persistir em democracias, será mera incúria de imediatismos eleitoralistas, ou mais que isso? Precisamente povos não educados e incultos, desde logo sem sentido crítico, que deveria ser cultivado na família (hoje atomizada e sem tempo para educar), na comunicação social (que prefere a diversão, por vezes duvidosa, e o choque de notícias terríveis) e escola (enredada em burocracias e *folies bergères* pedagógicas, como alguém com graça disse), são facilmente manipuláveis. É uma perigosa brecha no dique. Por ela, podem advir todas as subversões. Não alinhamos em teorias da conspiração. É muito provável que as democracias estejam ator-

doadas com os problemas do quotidiano e não tenham tempo nem consensos entre os partidos para um conjunto de pactos de regime para a Educação. É pena, e poderá ser fatal.

Há uma enorme sabedoria naqueles contos de duendes que concedem aos ambiciosos e fascinados três desejos. É certo e sabido que o terceiro, se tiverem tido ainda a prudência de guardar um, vai apenas servir para desfazer os nefastos resultados dos outros dois, em geral seguidos literalmente e à risca pelo duende mágico. É preciso ter muito cuidado com o que se deseja. E felicidade não é simplesmente concretização de devaneios... Mas, por vezes, demora tempo e castigo a compreendê-lo.

É complexo, e pode ser uma via dolorosa: *ad augusta per angusta*. Em contrapartida, há quem venda felicidade, em mil e uma modalidades. E a compra e venda é o grande contrato humano, e torna tudo mais fácil nesse sinalagma do *do ut des: toma-lá-dá-cá*. O que os *gurus* vendem, por exemplo, são felicidades frequentemente assentes no egoísmo de cada um. Pseudo felicidades. Ferocidades, na verdade, ainda que com decorações suaves e / ou exóticas. Egoísmo para se ser feliz, logo, trucidando os outros se preciso for.

Isto, enquanto todos são trucidados também por um sistema geral de vida absurdo e iníquo. Incentivo ao consumo de produtos e serviços cada vez mais sofisticados (lançando o complexo de miserabilismo e infelicidade sobre quem os não comprar), e escravatura laboral (ou vida à custa de outrem – cônjuges, pais, etc., ou do crime) para conseguir acompanhar a galopante corrida ao Ter. Tal, evidentemente, ocorrendo nas classes médias; porque nas baixas, o problema é mesmo entre comer e não comer, passar frio ou não, ter ou não ter casa, etc.

V. Em busca da Paz

Precisamos de Concórdia e de Paz. Sem ela, não conseguiremos construir nada, nem sair do atoleiro em que nos encontramos. Há problemas mundiais muitíssimo prementes que reclamam uma unidade dinâmica sem

ressentimentos. Todos os veem diariamente: crise da saúde pública global, defesa do clima, esgotamento dos recursos, como exemplos materiais, mas também muitos problemas da Humanidade na sua dimensão cultural e espiritual. Os enviesamentos mentais serão porventura até mais graves: as pessoas estão inclinadas a pensar mal, desde logo de forma completamente conduzida pelo egoísmo e pelos *slogans* que lhes formatam as mentes. Dessas deformações decorrem ações que podem levar a abismos. Há vários tipos de totalitarismo a preparem o assalto não apenas aos poderes, mas, pior ainda, às mentalidades, impulsionadoras dos comportamentos humanos. São os palácios que uns visam, mas outros vão mais longe: querem capturar a mente e a alma dos povos. Alguns, sempre contentes por encontrarem caixinhas para os fenómenos, dirão que esse assalto às mentalidades será um neogramscianismo, ou algo do género. Não nos tranquilizam rótulos. Preocupam-nos atitudes. E em especial o cerco profundo e absurdo à vida normal, que, como Georges Hourdin enfatizou num texto notável, *Pour les valeurs bourgeoises*, é a dos valores burgueses, e que eram, pelo menos em grande medida, partilhados até pelos próprios soviéticos. Alguns se espantarão!... Não há nisto qualquer crítica; há sim regozijo com o reconhecer-se que, mesmo a maior oposição ideológica do séc. XX (falava-se até em “blocos”), tinha alguma base civilizacional comum, apesar de uma disputa tão ao rubro (falava-se mesmo em “guerra fria”, mas em *guerra*, apesar de tudo). Tudo está nas raízes: Marx não desprezou a cultura, nem a História (como poderia, se criou o “materialismo histórico”?); Doutorou-se em Filosofia com uma tese em que tratou de Epicuro e Demócrito. Hoje, tudo isso se arrisca a ser estigmatizado, proscrito e esquecido. Nunca foi tão atual a parábola dos bombeiros a queimarem livros proibidos em *Fahrenheit 451*, de Ray Bradbury (1953). O respetivo filme, de 1966, assinado por François Truffaut, é notabilíssimo, aliás. E cada vez mais atual. Já se queimam até os livros de Tintim... Será felizmente que a nuvem ou o véu de ignorância (metamorfoseado, não o origi-

nal de John Rawls da *Teoria da Justiça*) nos permitem ainda alguma conformação? A dor é menor, mas a consciência mais escassa. Sempre espanta como há, afinal (comparativamente), tão poucos desastres de automóvel, dada a forma como se conduz nas nossas ruas e estradas. Ou será que há mais e não os vemos? Serão anjos que os evitam, ou que no-los ocultam? Os mesmos anjos nos vendam os olhos de outras realidades, mais sócio políticas?

VI. Empatia ou Ação?

A simples empatia não é um bom critério. Desconfie o leitor do que aqui dizemos. Leia criticamente. Aprendemos com as obras de Rousseau (outro poderia ter sido...) que se pode estar muito errado (ou bastante, sejamos mais indulgentes) e, contudo, escrever-se tão bem, que a sedução da palavra atenua muito a incorreção ou quimera das ideias. Não nos querendo, nem por sombras, comparar ao autor do *Emílio*, como é evidente (nem se deveria fazer esta referência – apenas se dita para a ata, contra a má interpretação sempre à espreita), não poderíamos ignorar que há formas de dizer que são abstratamente aptas a concitar em alguns simpatia, ou comiseração... Mas obviamente que irritam outros sobremaneira. Portanto, caro leitor, *mon semblable et mon frère*, salve a sua vida e a dos que puder levar na sua jangada. E essa salvação é de paz, de solidariedade, de diálogo, não de dentes cerrados e unhas prontas para o ataque. De nenhuma guerra nasce paz.

É complicado, mas há um possível equilíbrio entre o sofrer a injustiça e o praticar a injustiça (grande desafio, talvez até paradoxo, do “meio termo” (*mesotes*) das virtudes aristotélicas). Entre o ceder sistematicamente e o procurar impor-se contra tudo e todos e injustamente. Há uma maneira de ser suave, cordata, acolhedora, capaz de perdoar e de compreender, de ajudar, de dar a mão e de construir em conjunto. Não apenas tolerante, mas mais: convivente. E capaz de aprender com quem sabe mais, viveu mais, entendeu melhor.

A soberba da ignorância é um problema pe-

rigoso. É precisa a velha *docilitas*, de que falava São Tomás de Aquino. Pelo contrário, a arrogância, a petulância, de quem julga que tudo sabe (ou que nada precisa de saber), ou até a simples autossuficiência (nem sequer soberba), não permitem a evolução. Mas como vai convencer-se alguém, hoje em dia, de que não sabe tudo, de que há quem saiba mais, e tenha por isso, ainda que não *potestas*, alguma ou até muita *auctoritas*? Aos profetas desarmados, sabia-o Maquiavel, que viu Savonarola arder na fogueira. Embora Savonarola fosse um desses profetas que se devem temer, um fanático, também ele capaz de levar outros à fogueira.

Não basta empatia quietista, intelectualista, ou lamurienta. É preciso ação. Mas de que tipo? Aí é que talvez alguns possam surpreender-se. Porém, não temos a razão no bolso, e cremos que pode haver várias formas de agir. Contudo, importa não esquecer que, se a sábia vida retirada mais ou menos bucólica tem, sem dúvida, os seus encantos, e uma grande segurança (ela é, por definição, a segurança, e uma espécie de “descanso do guerreiro”), tal não consubstancia uma felicidade para sempre. A literatura, e hoje também essa outra forma de literatura que é o cinema, contam-nos o que acontece aos heróis pretensamente retirados da ação: aborrecem-se, até que são de novo chamados à atividade. Nem todos podemos ser heróis, mas sabe-se, isso sim, que a inatividade e a sensação de não se ser mais útil é um dos mais seguros princípios do fim. Quem teve grandes sonhos não os troca pela lareira, os jogos de cartas, de dominó, ou mesmo as delícias do cuidar dos netos. Ser capaz de conciliar as doçuras da vida privada com ainda algum contributo social parece ser uma manifestação de grande equilíbrio e sabedoria. Não se pede que o aposentado afinal continue a correr, a competir, ou até a intrigar; mas não se prescinde de que dê o seu contributo, ainda que só o seu conselho, amadurecido e sábio.

Desde logo, a mesma forma de ação não convém a todos. Há tempos de falcão e tempos de coruja. Há destinos de Boécio e destinos de Cassiodoro. Não se pode criticar este por não seguir o destino daquele, por não ter aquela personalidade. Mas cada um

tem o dever ético de procurar conhecer-se e de saber o que se esperará de si. Acreditamos que cada pessoa tem uma missão. Trata-se, antes de mais, de a descobrir. Mas, da mesma forma que nem todos podem ter sido Napoleão ou Cleópatra numa eventual e hipotética anterior vida, assim também é preciso ser esclarecido e moderado na interpretação dos próprios talentos e vocação. Há decerto demasiadas esperanças e ambições frustradas, porque muitos perdígões, hoje depenados (ou a breve trecho) pensaram voar a torres demasiado altas. Sempre o velho imperativo délfico: γνῶθι σεαυτόν. Esse é o princípio da sabedoria pessoal. Antes de tudo o mais, cada um tem de se conhecer a si próprio.

VII. Pontes jurídicas

Perante uma situação social tão complexa, tão fragmentária e fragmentada, tão estilhaçada mesmo, com profundas clivagens sociais, de costumes, e éticas entre as pessoas, perante tão desarmada situação do Estado Social e tão escassa robustez das Cidadanias, perante, ainda, uma certa nuvem de descrença e desistência por parte de muitos, num tempo em que a pandemia não foi ainda suficientemente persuasiva para forjar solidariedade social, há que ter os maiores cuidados no laboratório da juridicidade. O futuro reclama soluções simples, claras, convincentes, mas não superficiais, pelo contrário muito amadurecidas e bem fundadas. Reclama prudência, e que se aprendam as lições, não apenas da História, como da sociedade complexa em que nos inserimos.

Seria redundante por um lado, e temerário por outro, terminar com uma tentativa de extrair, desde já, conclusões e propostas relativamente aos vários problemas aflorados. Eles ficam enunciados (e estão longe de ser os únicos), como um rol de preocupações, para revisitação. Infelizmente, não deixarão, decerto, de fazer sentir o seu aguilhão durante ainda muito tempo. E são, certamente, um conjunto de problemas para debate. Não é que o debate em si, sem estudo, sem preparação, sem inteligência e (por exemplo) com

mera vontade polémica, possa ser utilíssimo e decisivo para a solução. Mas, mesmo assim (ainda que eventualmente lhe falte estudo, ponderação e até reta intenção – quem sabe como se poderá debater?), dele se poderão extrair lições, olhando-o de forma crítica. Sempre de uma discussão, ainda que péssima, ainda que truculenta, poderá nascer a Luz. Depende de quem analisa e como.

O Direito, explicou-o Kelsen, na sua *Teoria Pura do Direito*, é um Midas que transforma em Direito tudo aquilo em que toca. O que se expôs e problematizou anteriormente, porém, não foi metamorfoseado em juridicidade, não tem essa natureza. Contudo, é matéria-prima para reflexão pelo Direito. Aqui tratou-se apenas de lançar as bases para novas pontes.

Não pode pensar-se um direito fraterno e humanista futuro (nem qualquer outra perspectiva de mudar o Direito) sem compreender e ter em atenção o contexto em que hoje vivemos. Limitemo-nos a três constelações de obstáculos referidos, desigualmente aludidos *supra* cuja presença profundamente influencia os dados do problema: a sociedade individualista, de espetáculo e de consumo; a ascensão do ódio e da onda totalitária; e a ilusão politicamente correta, com tiques inquisitoriais.

O Direito não resolve tudo, nem tudo é capaz de mudar: que vã quimera é essa, e normalmente com ricochetes muito negativos quando tal se pense e pretenda colocar em prática. É apenas um vetor modulador, entre outros, com algumas virtualidades de indutor ético, com algumas capacidades (a usar com prudência) de *vigiar e punir* (na síntese de um significativo título de Michel Foucault). Mas que precisa de ser usado com a maior prudência, sob pena de poder criar ainda mais males do que remédios.

À teoria, que deve ser vetor de libertação, tem de contrapor-se a *força normativa dos factos* de uma circunstância. Não que esta sempre nos dissuada de transformar aquela em realidade, com um invencível peso de um cretinismo do real e do dado. Mas sabe-se historicamente que as investidas irrealistas de transformação, designadamente por via legislativa, que não tiveram em conta a natureza das coisas e algumas regula-

“Perante uma situação social tão complexa, tão fragmentária e fragmentada, tão estilhaçada mesmo, com profundas clivagens sociais, de costumes, e éticas entre as pessoas, perante tão desarmada situação do Estado Social e tão escassa robustez das Cidadanias (...) num tempo em que a pandemia não foi ainda suficientemente persuasiva para forjar solidariedade social, há que ter os maiores cuidados no laboratório da juridicidade.”

ridades de tradição e resistência à inovação (algumas é verdade que retrógradas, mas outras de simples e elementar bom senso), levaram a um divórcio entre os países reais e os países legais, e puderam ter estrangulamentos sérios, trágicos. É preciso mudar, com a sabedoria de não levar tudo a ferro e fogo, evitando a terra queimada de re-

formas excessivamente impopulares, ainda que possam ser tidas por justas.

Mas, pelo contrário, não se pode recuar em nome de tradições claramente injustas, por exemplo, como se sabe, as violadoras de Direitos Humanos (os verdadeiros, não a sua “má moeda”). Há um equilíbrio, sim. Mas há que ter a coragem de esperar por reformas para que não haja ainda preparação social, e de, pelo contrário, avançar para aquelas que, mesmo acarretando impopularidade, ferem o âmago do sentimento mais profundo de Justiça. Pode parecer uma distinção vaga, teoricista, mas o político experimentado e moderado e o jurista prudente e conhecedor do mundo saberão certamente dialogar e escolher o que é para já e o que será para depois. O que é para fazer sem contemplações e o que é para ir fazendo, com calma e seguindo pela navegação de cabotagem. E sempre com conta, peso e medida.

Não se peça ao Direito, pois, o que não pode dar (*nemo dat quod non habet*); mas também não se deixe de lhe pedir o contributo que pode ter para uma sociedade melhor. Sem engenharias sociais, mas cumprindo, cada vez melhor, a sua velha função de contribuir para que se faça Justiça (pelo *suum cuique*), condição essencial para uma vida melhor. Justiça sem a qual, valha a verdade, esse sonho tão agrinaldado da felicidade, não encontrará concretização. A Justiça não é, evidentemente, tudo na busca da Felicidade. Mas não há felicidade possível sem, pelo menos, uma base elementar de Justiça.

Porto, 1.º de Dezembro de 2021

